

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Felipe Tôrres Pereira¹, Harrison Alexandre Targino Júnior², Marko Venício dos Santos Batista³, Victor Machado Viana Gomes⁴, Ylana Zálfe de Farias Lira⁵, Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega⁶

O projeto de extensão “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos” firmou convênio com o Ministério Público Federal (MPF) para prestar auxílio no emprego estratégico de normas e de precedentes internacionais em casos de impacto, que envolvam grupos socialmente vulneráveis ou sujeitos de especial proteção. Entre as atividades desenvolvidas por meio desta parceria, destaca-se a elaboração da nota técnica, por parte dos estudantes do projeto, objetivando fornecer subsídios para a instauração de um Inquérito Civil Público acerca da necessidade de implementação de um programa estadual de proteção às defensoras e aos defensores de direitos humanos. O grupo já vinha trabalhando com a temática anteriormente, tendo inclusive enviado um documento à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em resposta a uma consulta à sociedade civil sobre a estigmatização e a criminalização do trabalho das defensoras e dos defensores de direitos humanos. Para a elaboração da nota técnica, utilizaram-se, como referenciais teóricos e jurisprudenciais, relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, bem como a sentenças da Corte Interamericana de

¹ Graduando do curso de Direito da UFPB. Colaborador do projeto de extensão PROBEX 2014 “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos”. E-mail: torres.felippe@gmail.com

² Graduando do curso de Direito da UFPB. Colaborador do projeto de extensão PROBEX 2014 “Acesso à

² Graduando do curso de Direito da UFPB. Colaborador do projeto de extensão PROBEX 2014 “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos”. E-mail: harisson_junior@hotmail.com

³ Graduando do curso de Direito da UFPB. Colaborador do projeto de extensão PROBEX 2014 “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos”. E-mail: marko_markinhos@hotmail.com

⁴ Graduando do curso de Direito da UFPB. Bolsista do projeto de extensão PROBEX 2014 “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos”. E-mail: victormvgomes@gmail.com

⁵ Graduanda do curso de Direito da UFPB. Colaboradora do projeto de extensão PROBEX 2014 “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos”. E-mail: ylanazafire@gmail.com

⁶ Professora do curso de Direito da UFPB. Coordenadora e Orientadora do projeto de extensão PROBEX 2014 “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos”. E-mail: flavianne@gmail.com

Direitos Humanos. A partir da análise destes materiais, foi possível sintetizar as principais discussões e os parâmetros mais importantes sobre a temática do parecer enviado ao Ministério Público Federal. Do mesmo modo, serviram como guias documentos disponibilizados por Organizações não governamentais (ONGs) de grande referência em nosso país, como Conectas e Justiça Global, além do próprio documento que esse projeto de extensão havia enviado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Também foi de grande ajuda a utilização de reportagens vinculadas a portais de notícias, as quais foram empregadas para expor fatos que prejudicam a atuação das defensoras e dos defensores de direitos humanos. Desta forma, foi possível explicar as maiores problemáticas enfrentadas por líderes dos movimentos sociais em seu labor, detalhando os contextos e os mecanismos utilizados para enfraquecer seus trabalhos. A participação dos estudantes na atividade logrou êxito, permitindo que os envolvidos compreendessem a relevância do trabalho das defensoras e defensores de direitos humanos, os quais merecem uma proteção reforçada por parte do Estado, visto que sua profissão é essencial para garantir o acesso à justiça daqueles que se veem em uma situação de grave vulnerabilidade. Também a cooperação como o MPF tem cumprido plenamente seus objetivos, favorecendo a aplicação de parâmetros internacionais de proteção em demandas de âmbito local.

Palavras-chave: DEFENSOR, PROTEÇÃO, COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS